

Afeto e Cuidado nas Relações Entre Humanos e seus Animais de Estimação

Affection and Care in Relationships Between humans and Their Pets

Kênia Mara Gaedtke¹

Resumo

Este trabalho é parte de uma reflexão acerca dos cuidados humanos nos processos de adoecimento, envelhecimento e morte de animais de estimação. Em uma pesquisa empírica realizada a partir do universo de um hospital veterinário, constatou-se que há hoje uma configuração social de afeto que coloca aos indivíduos humanos como amar seus animais, numa espécie de modelo a ser seguido sobre cuidados e consumos. Enquanto isso, aos indivíduos animais, agora inseridos num – sempre controverso – processo de antropomorfização, cabe uma vida cada vez mais controlada e organizada a partir do modelo de civilidade humano. Nessa organização familiar multiespecífica, há espaço para afetos e desafetos, e emoções ambivalentes, tais como em uma família exclusivamente humana.

Palavras-chave: Afeto. Cuidado. Famílias multiespécies. Animais de estimação.

Abstract

This work is part of a discussion about human care in cases of illness, aging and death of pets. In an empirical research carried out from the universe of a veterinary hospital, it was noted that today there is a social configuration of affection that imposes on human individuals how to love your pets, with some kind of model to be followed about care and consumption. Meanwhile, those animals, now entered a – always controversial – anthropomorphization process, have a life one increasingly controlled and organized from the model of human civilization. In this multispecies family organization, there's place for affections and disaffections, and ambivalent emotions, such as in a family exclusively human.

Keywords: Affection. Care. Multispecies families. Pets.

Introdução: A Inserção no Campo

O saber teórico não é incompatível com o sentimento, que o conhecimento pode ser objetivo e subjetivo ao mesmo tempo, enfim, que as relações concretas entre o homem e os seres vivos colorem às vezes com matizes afetivos (LÉVI-STRAUSS, 1997, p. 54).

Este trabalho é parte de uma pesquisa acerca das configurações sociais de afeto ligadas aos cuidados humanos nos processos de adoecimento, envelhecimento e morte de animais de estimação (GAEDTKE, 2017). Aqui, apresento as reflexões referentes à pesquisa de campo realizada em Curitiba, Paraná, a partir de observações em um hospital veterinário, um crematório de animais e de entrevistas com médicas veterinárias e responsáveis por animais. O universo de pesquisa é, portanto, urbano, com informantes com grau de escolaridade superior. As três entrevistadas responsáveis por animais afirmaram que os consideram membros da família – ainda que com variações a respeito do papel específico destes animais na dinâmica familiar – e, ao discutirmos o conceito de família multiespecífica, se entenderam em tal definição e concordaram que seriam exemplares deste universo.

¹ Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC, Florianópolis, SC, Brasil). E-mail: kenia.mg@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8167-7117>.

Atentando-se ao fato de que este é um contexto bastante específico, segue-se aqui a proposta de Bevilaqua e Velden (2016, p. 37), para quem é preciso observar os animais em contextos:

Trata-se, assim, não de sustentar um sentimento empático universal e generalizado pela natureza, mas de investigar cuidadosamente as modalidades de convivência e interação com seres cuja importância e posição em quaisquer gradações de valor só podem ser definidas etnograficamente.

As inserções no hospital se deram em 2015. Já nos primeiros dias ali, ganhei o tragicômico apelido de “anjo da morte”, pois dois animais morreram, no mesmo dia, quando cheguei. Um deles foi Godofredo, cuja responsável me concedeu uma entrevista meses depois; o outro animal, Chuck, era da diretora do hospital. Pude observar os processos de luto e encaminhamentos pós-morte, num universo que oscila entre a racionalidade e a emotividade. Para a execução desta etapa da pesquisa, tão nova e desafiadora, foi determinante a leitura de Romaní (2013), que apresenta uma série de experiências de trabalho de campo em hospitais e outros espaços de saúde.

Das várias conversas que tive, me chamaram a atenção as inconstâncias nesta relação entre humanos e animais de estimação: do amor à negligência e até mesmo violência; da ansia por tratamentos à busca por eutanásia para poder sair de férias sem ter o cachorro doente para se preocupar; da organização em defesa dos direitos animais à acumulação insalubre, engaiolando gatos e cachorros; da relação de afeto que reanima o humano depressivo ao afeto que fragiliza as relações entre humanos, tamanha é a atenção despendida ao animal.

Entrevistei veterinárias e estagiárias da área. Com o grupo de profissionais do hospital também obtive uma lista de contatos de clientes cujos animais haviam morrido e que, segundo a equipe, foram pessoas que sofreram intensamente com a perda do seu animal. A partir daí visualizei uma oportunidade, mas também um grande desafio como pesquisadora: conversar com pessoas que passaram por uma situação de luto pela morte de um animal de estimação permitiria um avanço enorme em direção aos objetivos da pesquisa, mas ao mesmo tempo, como tratar de algo tão delicado quanto a morte e o enlutamento?

Os Processos de Adoecimento, Envelhecimento e Morte nas Famílias Multiespécies

Poucos conceitos são tão caros às ciências sociais quanto o de família. Lévi-Strauss, no Prólogo do tomo I de *História da Família*, observa:

[...] falta-nos perspectiva para discernir as transformações que está sofrendo a célula familiar no seio das sociedades ocidentais como consequência das transformações tecnológicas, econômicas e psicológicas que se desenvolvem diante de nossos olhos. Perguntamo-nos com inquietude sobre as formas futuras de nossas instituições familiares. É possível que já existam, previamente configuradas em outras sociedades, antigas ou contemporâneas (LÉVI-STRAUSS, 1988, p. 14-5, tradução nossa).

No início da modernidade, a ideia de família (ocidental) era única e exclusivamente humana. As relações de proximidade com animais eram desaprovadas. A presença de animais de estimação provocava suspeita moral, principalmente se estes fossem admitidos à mesa ou mais bem alimentados que os servos. Nos séculos XVI e XVII, a maior parte dos agricultores ingleses – que até então viviam na “casa ampla”, mistura de casa e cocheira – colocou os animais para fora de casa (THOMAS, 2010).

Dentre o conjunto de transformações que ocorrem nas configurações familiares no cenário das sociedades urbanas contemporâneas, interessa aqui particularmente a noção de famílias multiespécies. Faraco e Seminotti (2010) apresentam este conceito a partir de Bowen (1978), apontando a existência de um sistema familiar emocional, que permite incorporar não só pessoas da família estendida ou sem grau de parentesco, mas membros de outras espécies, como cães, gatos ou outros.

Nessa composição familiar, os membros animais não só recebem nomes próprios e equivalentes a nomes que se dariam aos filhos humanos, como também podem ser registrados em cartório com o sobrenome da família, muitas vezes ocupando o papel de filhos. De maneira geral, o que se observa é a “filhotização dos animais”, como apontaram Lewgoy, Sordi e Pinto (2015), o que é também reiterado nas falas dos informantes desta pesquisa: as veterinárias entrevistadas são unânimes ao dizer que a grande maioria dos clientes trata os animais como filhos, e apontam os aspectos positivos e negativos disso. Por um lado, o cliente tende a dispensar um maior cuidado com o animal; mas pode também ocasionar problemas comportamentais nos animais, que agiriam tais como filhos “mimados”.

As famílias multiespécies fazem lembrar, de certa forma, a historiografia do modelo de família ocidental moderno desenvolvida por Ariès (2017), que demonstra como a família foi se organizando ao redor da criança, retirada de seu anonimato anterior em uma espécie de *paparicação* profundamente entrelaçada com uma revolução escolar e sentimental. Tal mudança, segundo Ariès, polarizou a vida social no século XIX em torno da família e da profissão, fazendo desaparecer a antiga sociabilidade que envolvia a comunidade mais ampla. É possível pensarmos que o animal de estimação tem sido colocado, muitas vezes, no centro das atenções da família multiespécie, assim como ocorreu com a criança no início da modernidade.

Tal fenômeno, naturalmente, não ocorre sem ambivalências ou contradições, presentes por exemplo em entrevista com uma veterinária, que afirma que a humanização dos animais ainda lhe choca: “Eu já peguei coisas assim, um animal foi comprado há uma semana, e desta uma semana passou três dias internado, e a pessoa já estava ‘ai filho, filha...’, e chorava, e isso pra mim é estranho” (Médica Veterinária I, 2015).

O posicionamento das veterinárias entrevistadas, em geral, está bem próximo do que é defendido em vários artigos da área, que tratam criticamente a antropomorfização. Tatibana e Costa-Val (2009), por exemplo, demonstram preocupações em relação ao excessivo antropomorfismo de cães e gatos, que levam a complicações clínicas, físicas e mentais, por estes animais estarem demasiado distantes de uma realidade natural, onde podem agir de maneira instintiva. Além disso, para as autoras, os proprietários destes animais muitas vezes apresentam expectativas fora da realidade, imaginando que os animais se portarão como pequenos seres humanos.

Dentre as informantes responsáveis por animais, há quem faça a defesa de que “criança é criança, animal é animal” (Responsável pela Sofia, 2015). Mas o olhar para o animal como *neném* é cada vez mais presente:

A gente deixava a televisão ligada o dia inteiro porque eu achava que como ele estava sozinho, a televisão iria ajudar. Todo mundo dizia “gente, não tem nada a ver isso aí”, mas eu penso assim, então eu deixava ligada, e ainda colocava no Discovery Kids (risos) e de manhã cedo eu falava ‘olha neném, vai começar a Peppa’ e ele olhava, então ele assistia mesmo (Responsável pelo Godofredo, 2015).

Ao criar um cachorro como um bebê, as tarefas típicas do cuidado com um pequeno humano também se incorporam no cotidiano da família multiespécie, tal como limpar o animal após a defecação ou colocar para dormir:

A Tininha quando fazia as necessidades dela você tinha que fazer o “paninho paninho”, você tinha que limpar a bunda dela com lenço umedecido ou com paninho molhado, mas só eu fazia! Ninguém levantava o rabo pra limpar, se eu viajasse uma semana e ficasse tudo duro, ia ficar duro, porque ela não deixava (Responsável pela Tininha, 2015).

O único probleminha que teve foi que ele não mexia mais o rabo, então a cada popô você tinha que limpar com um lencinho, tinha que passar Hipoglós porque ele ficava assado, todo o mês, tinha que passar talquinho pra não ficar fedido, no verão quando estava quente, ao invés de passar lencinho a gente lavava, pra não ficar assado, dava banho. [...] Toda noite [colocava o

animal para dormir]. Até ele pegar no sono. Deitava no chão, na caminha dele, e minha mãe brigava comigo porque eu comecei a ter dor na coluna. Ficava toda torta com ele, mas se eu não fosse ele ficava latindo e não dormia. (Responsável pelo Godofredo, 2015).

Há então outra questão importante para compreender a família multiespécie: mais do que os animais serem filhos, as mulheres são mães. A vinculação com a ideia de instinto, que é tanto animal quanto materno, é muito presente quando as mulheres se referem aos animais dizendo que “foi ela quem me escolheu” ou “ele quem me adotou”. Assim, apoia-se também num discurso de destino, de sacralidade da relação, antes mesmo de ela efetivamente ocorrer.

O papel - geralmente auto atribuído - de *mãe de pet* é causador de uma das maiores polêmicas envolvendo as relações interespecíficas. Até onde se observa, é possível afirmar que a presença do animal como partícipe de uma família é muito mais bem aceita em nossa sociedade do que a ideia de que mulheres responsáveis por animais sejam suas mães. Assim, o status do animal pode até ser revisto pela opinião pública, de aceitar que ele passa a fazer parte de uma família. No entanto, o papel de mãe ainda é defendido por muitos grupos como algo intrínseco às relações entre as mesmas espécies.

A disputa se acirra quando o dia das mães se aproxima, especialmente nas mídias e nas redes sociais. Analisando algumas postagens sobre o tema em blogs e sites nacionais, percebe-se que há um perfil mais ou menos comum entre quem defende e quem critica o uso dessa expressão. As postagens a favor das mães de pets foram encontradas em blogs de mulheres que defendiam a “maternidade canina” a partir das suas próprias experiências, ou em sites que oferecem produtos e serviços para pets, o que reforça outros estudos que demonstram que os usos mercadológicos deste universo pet muitas vezes ultrapassam os limites daquilo que é cientificamente comprovável ou até mesmo moralmente aceitável (SEGATA, 2012).

Dentro do amor e do respeito, mãe de pet também é mãe e nada mais justo que parabenizar todas vocês nessa data linda. *Mãe é aquela que cuida, se preocupa, coloca o filho em primeiro lugar, não se desconecta nem mesmo por um segundo. Mãe é mãe...é aquela que dá o melhor colinho do planeta! (LASSIE, 2017, grifo nosso).*

Muito se discute sobre o real sentido da expressão “mãe de animais”. Há quem diga que não, não existe maternidade na relação dono e animal, mas a verdade é que quem sustenta esse sentimento por seus pets também carrega consigo diversas *responsabilidades e prazeres* da vida materna humana, principalmente o amor incondicional pelos bichinhos (PET FISIO, 2017, grifo nosso).

Em nome de todas que se autointitulam “mães de cachorro”, tomo a liberdade de explicar nosso ponto de vista mais um pouquinho. *Nos sentimos responsáveis pela vida daquele animalzinho. Damos comida, remédio, banho, ficamos atentas à saúde, queremos que seja feliz – se jogando numa poça de lama ou roendo nossa almofada preferida. Para quem não tem filhos biológicos – como eu – é o sentimento mais próximo de ser mãe que conheço. Então, por achar que ser mãe de um bebezinho é algo tão nobre, tão digno e um desejo meu tão grande, me sinto invadida por orgulho quando dizem que sou mãe deste senhorzinho de quatro patas aqui ao meu lado (MÃE..., 2017, grifo nosso).*

O discurso da maternidade presente na relação entre mulheres e seus pets aparece normalmente vinculado às noções de amor incondicional, afeto, cuidado e responsabilidades. Em um site especializado em pets, uma matéria apresentava ilustrações sobre o cotidiano de uma mãe de cachorro, e trazia afirmações de que mães de cachorros chegam atrasadas no trabalho porque sempre têm dificuldade para conseguir se despedir do cãozinho, e que durante as reuniões de trabalho as mães de cachorro não conseguem parar de pensar no bem-estar do pet (MACHADO, 2016). Ainda que o tom fosse de brincadeira, é perceptível que uma das mais comuns justificativas utilizadas pelas mães de pets é justamente a de que elas se ocupam e preocupam tanto quanto uma mãe de um filho humano.

Por outro lado, os textos que criticam o uso da expressão *mãe de pet* aparecem, principalmente, em blogs feministas, que problematizam a romantização da maternidade e apontam a injustiça presente na comparação entre ser responsável por um animal e por uma criança. De acordo com essa perspectiva, as responsáveis por pets não enfrentam, em virtude da existência destes, dificuldades exclusivas da maternidade humana, tais como inserir-se e manter-se no mercado de trabalho, as dores do trabalho de parto ou a espera de anos por adoção, julgamentos morais por sair para divertir-se sem os filhos ou por ser mãe solo, além de ser responsável pelos estudos e formação.

Um pouco de empatia faz bem. Não adianta querer bater o pé falando que mãe de gente e mãe de pet são a mesma coisa, porque não são. Nós, mães, já somos *muito* silenciadas. Você, “mãe de pet” ou não, pode ajudar um pouco a mudar isso. Nós, mães, existimos e resistimos, a nossa luta é diária, é dolorida, é cansativa. Nós sofremos por ser mulheres, negras, periféricas – e por sermos mães, a sociedade nos exclui duas ou três vezes mais (MELO, 2016, grifo do autor).

Para além da questão de maternidade e gênero, nessa rede de relações interespecíficas acentua-se também o caráter dinâmico da domesticação. O processo de domesticação não está dado nem terminado. Tampouco é exclusividade dos animais: os humanos também somos domesticados (INGOLD, 2000; LEWGOY; SORDI; PINTO, 2015; LORENZ, 1973; SEGATA, 2012), e no caso dos animais de estimação, isso se dá de muitas formas: pelas configurações sociais de afeto e de responsabilidade que dizem como o animal deve ser cuidado; pelas mudanças no estilo de vida e na rotina que a vinda de um animal à família promove; pelas transformações e novos aprendizados que os processos de adoecimento e envelhecimento do animal exigem (aprender a aplicar injeções, fazer curativos, dar comida na boca, carregar no colo); e pela convivência, pura e simplesmente: “A gente levava ele lá pra cima e ele ficava lá tranquilo. Aí quando ele cansava, latia, e a gente descia ele de novo. Era tudo do jeito que ele queria – ele domesticou a gente perfeitamente. Eu não consegui ensinar nada pra ele! [risos]” (Responsável pelo Godofredo, 2015).

De qualquer forma, ainda que afete a rotina e o comportamento dos humanos, é incontestável que a domesticação tenha consequências ainda mais evidentes nos animais. O mapeamento do conjunto de características das famílias multiespécies reforça as transformações que vêm ocorrendo nas relações de afeto. E para que os animais de estimação estejam inseridos nessas famílias, o processo civilizatório parece ter chegado até eles. Muito dos apontamentos feitos pelos autores que pensam a relação entre humanos e pets nos remetem ao que Elias (1994, p. 146) observava na educação dada às crianças:

O círculo de preceitos e normas é traçado com tanta nitidez em volta das pessoas, a censura e pressão da vida social que lhes modela os hábitos são tão fortes, que os jovens têm apenas uma alternativa: submeter-se a um padrão de comportamento exigido pela sociedade, ou ser excluído da vida num “ambiente decente”. A criança que não atinge o nível de controle das emoções exigido pela sociedade é considerada como “doente”, “anormal”, “criminoso”, ou simplesmente “insuportável”, do ponto de vista de uma determinada casta ou classe e, em consequência, excluída da vida da mesma.

A busca pelo controle das emoções dos animais é feita através de tratamentos medicamentosos ou comportamentais, de adestramento ou de convivência com outros animais. Aqui há mais uma característica das famílias multiespécies que deve ser citado: a demanda crescente por serviços de terceiros, como psicólogos, adestradores, *dogwalkers*, *pet sitters*, recreadores em creches e *daycares*, e outros. Uma parte significativa dessa demanda está então em proporcionar ao animal tratamentos, atividades e mudanças na rotina que provoquem, conseqüentemente, mudanças comportamentais – as questões mais recorrentes na literatura, na pesquisa empírica e na internet dizem respeito aos excessos ligados a latidos e/ou cocôis recorrentes, agressividade ou hiperatividade, destruição de objetos, excreção em lugares inapropriados, etc., em uma evidente ânsia por civilidade, tal como o processo tão bem descrito por Elias.

Diante de tamanha expectativa por adequar a convivência com os pets às configurações de civilidade de uma sociedade, os sentimentos, no interior das famílias multiespecíficas, são intensos e muitas vezes controversos, tais como em uma família exclusivamente humana. A ideia de sacrificar-se pelo outro, a noção de culpa e as crises devido à presença dos animais podem ser mais constantes do que se imagina a priori. Os animais doentes, moribundos, são os que mais incitam as falas de sacrifício. Mais que mera auto piedade ou sentimento altruísta, o sacrifício pelo outro mostra-se aqui enleado no paradoxal *petshismo* apresentado por Digard (1999), que vê a relação com os pets como um fetiche das sociedades urbanas contemporâneas, supervalorizada e ao mesmo tempo coisificada, permeada de consumo. Uma fonte inesgotável de amor verdadeiro, mas ao mesmo tempo uma responsabilidade do doar-se.

A ideia do animal *especial*, que requer cuidados para além de um animal comum, carrega em si a noção do sacrifício: “A gente pensava que ele era mimado porque ele era especial, né? Porque ele tinha tudo quanto era problema, a gente brinca que ele era especial, tadinho” (Responsável por Godofredo, 2015).

O caso da cachorra Sofia é bastante exemplar dessa ambivalência entre o amor e o fardo a ser carregado: com seus responsáveis morando fora do país, o animal ficou sob os cuidados da irmã da responsável, em uma situação complexa que acabou gerando certos conflitos familiares. Minha entrevistada afirmou que se sentia culpada.

Encontrei a Sofia numa situação super triste, ela estava obesa, diabética, cega, que foi o que mais me chocou quando a gente chegou. E eu fiquei totalmente sem chão, a gente não sabia o que fazer! Aí a cachorrinha ficou na casa da minha irmã, eu ia lá todos os dias, eu tinha a chave da casa, ia à noite com o meu marido, íamos ali, tratávamos, ficávamos com ela, levávamos no parque no fim de semana [...]. Mas acho que todo animal você tem que fazer isso, tem que cuidar dele (Responsável pela Sofia, 2015).

A culpa é um dos elementos característicos da família humana – especialmente da judaico-cristã (SCLIAR, 2006) e ocidental (BENEDICT, 2002) -, que não desaparece nas relações interespecíficas. Aqui identifica-se ainda um adicional de culpa pela não-agência do animal, por ele não poder expressar-se como os humanos. As culpas dos responsáveis estão ligadas a ter deixado o animal sob o cuidado de terceiros; a deixar outro animal se aproximar de suas coisas após a sua morte; ou até mesmo culpa diante do dilema de ter ou não ter outro animal depois do óbito.

A culpa não é um sentimento exclusivo das responsáveis - ela está presente também no cotidiano das médicas. Todas as veterinárias entrevistadas mostram sinais de culpa diante da perda de um animal e do eterno dilema de pensar se poderia ter feito mais alguma coisa. Tal questionamento parece ser fonte de culpa não só dos profissionais veterinários, mas também dos responsáveis, especialmente quando precisam autorizar uma eutanásia. E a culpa parece não se dissipar automaticamente junto com a morte: “Eu dou abertura para que eles venham conversar comigo. E eles vêm mesmo, às vezes meses depois, vem conversar, perguntar ‘mas será que fizemos tudo? E se a gente tivesse tentado tal coisa?’, então isso leva tempo mesmo.” (Médica Veterinária II, 2015).

Além da culpa, é possível identificar o ciúme que alguns humanos têm em relação aos seus animais:

Eu tinha muito ciúme. Eles colocaram câmera lá [no pet shop] pra gente poder acompanhar o banho e eu fui ver um banho dele, e ele lá, sentadão enquanto a moça dava banho, depois ela começou a secá-lo e ele ficou lambendo o rosto dela, um monte, um monte, eu desliguei. Eu falei “que raiva, eu não vou ver isso”, e ele cheio de amor pra dar [risos].” (Responsável pelo Godofredo, 2015).

De qualquer forma, o ciúme não é exclusividade humana. Animais também são ciumentos com seus humanos. Utilizo aqui o relato do jornalista argentino Pablo Scioscia (2014) sobre o “triângulo amoroso” entre ele, sua namorada Lucía e seu cachorro Romeo. No texto, o

autor descreve os encantos e martírios da convivência com Romeo, que precisou ser afastado de casa para adestramento após atacar o próprio dono. Segundo os especialistas consultados, o ataque ocorreu em virtude do ciúme que Romeo tinha de Lucía.

A história contada por Pablo é exemplar de uma reconfiguração pela qual vêm passando os modelos de família, em que os animais de estimação alcançam posto de protagonistas: são motivo de mudança de um apartamento para uma casa com jardim; dividem a cama com o casal humano – e com ele estabelecem uma “relação a três”; são diagnosticados com problemas psicológicos, utilizam fluoxetina e hospedam-se em escolas de adestramento; viram principal tópico de conversa da família com amigos e colegas de trabalho; definem como e quando serão as férias. Ao relatar a forma como estabeleceu relação com o cachorro, Pablo afirma:

Acredito numa convivência horizontal, e isso inclui os animais de estimação – nunca entendi o conceito de “animais de estimação” -, por isso me negava a ver Romeo como um ser inferior que me devia obediência em troca de casa e comida. Eu queria dividir tudo, ser uma família pós-moderna. E isso começou a nos deixar confusos, a nós três, sobretudo Romeo (SCIOSCIA, 2014, p. 74).

Vale lembrar que a presença de membros de outras espécies na família e a forma como são tratados nem sempre é algo consensual ou pacífico. Os conflitos nas famílias geralmente aparecem atrelados à dissonância entre como se dará essa relação (quais espaços o animal ocupará, quanto de atenção, de tempo e de recursos tomará dos membros humanos, etc.), à falta de confiança de que um humano cuidará suficientemente bem do animal, ou até mesmo, novamente, caso de ciúmes:

Sobre a doença da Sofia, foi muito difícil pra mim, porque minha irmã dava a entender que tudo ela sabia. Só que ela sabia, mas não teve atitude nenhuma pra ajudar. Não fazia nada, ela não fez nada. Ela ficou de braços cruzados esperando a coisa acontecer (Responsável pela Sofia, 2015).

E tinha que ter tapete em casa, tá? Porque ele só dormia no tapete. E meu marido brabo, reclamando que o tapete tinha cheiro de cachorro, que a casa tava com cheiro de cachorro, e eu dizia é o tapete dele, ué? O que eu posso fazer? Se tirasse o tapete ele ficava brabo! (Responsável pelo Godofredo, 2015).

Culpa, ciúmes, e tantos outros sentimentos apresentados por humanos a partir das suas relações com os pets seguem a lógica já descrita por Mauss (1979, p. 147), que afirma que as “expressões dos sentimentos não são fenômenos exclusivamente psicológicos ou fisiológicos, mas sim fenômenos sociais, marcados por manifestações não-espontâneas e da mais perfeita obrigação”. Ao tratar de rituais orais funerários de populações australianas, Mauss faz a seguinte reflexão – que pode nos ser útil também aqui:

Os gritos são como frases e palavras. É preciso emití-los, mas é preciso só porque todo o grupo os entende. É mais que uma manifestação dos próprios sentimentos, é um modo de manifestá-los aos outros, pois assim é preciso fazer. Manifesta-se a si, exprimindo aos outros, por conta dos outros. É essencialmente uma ação simbólica (MAUSS, 1979, p. 153).

Este é sempre um ponto delicado a ser tratado, pois o essencialismo que envolve os sentimentos dificulta que os indivíduos se enxerguem sob tal perspectiva, ainda mais em um contexto social em que *gostar* ou não de animais (especialmente os da categoria “de estimação”) é praticamente uma questão de caráter.

O agrupamento familiar multiespecífico, assim, ainda que apresente uma série de características próprias, carrega em si ambivalências, contradições e conflitos inerentes à família unicamente humana. Nem tudo é amor na relação entre humanos e animais.

O público urbano é altamente sensível para com animais de estimação e fauna selvagem – mas altamente ambíguos como consumidores em relação aos animais de produção – na medida em que a era pós-doméstica faz um resgate paradoxal do pré-doméstico, em que era alto o grau de subjetivação de animais não humanos, mesmo as presas de caça (similar ao “animismo” em Descola e Ingold) (LEWGOY; SORDI; PINTO, 2015, p. 83).

Essa complexidade das relações interespecíficas é perceptível em várias esferas da vida, das quais optou-se, aqui, por concentrar-se nas questões ligadas ao cuidado. E, afinal, o que é o *cuidado*? Burke (2014) revela que o termo é vago e impreciso por si só, e que sua conotação varia ao longo do tempo e da cultura. Para ele, o ideal é que nos tornemos conscientes das maneiras como fazemos nossas práticas do cuidar, como sustentamos nossos discursos no aqui e agora, e das forças sociais e culturais que formam a nossa noção de cuidado – que está longe de ser meramente instintiva.

Burke utiliza as informações sobre os cuidados com as crianças, os velhos, os doentes e os pobres nos últimos quinhentos anos no Ocidente para mostrar como foi ocorrendo uma série de transformações na ideia de cuidado, cada vez mais institucionalizado e secularizado. Ainda que o historiador esteja tratando dos cuidados de humanos com humanos, acredito que é possível estendermos sua reflexão para as relações de cuidado com animais de estimação quando estes estão doentes, velhos ou moribundos.

A Morte dos Animais de Estimação e a Antropomorfização

Pensar a maneira como se lida com a morte desses que são tão mortais quanto nós, mostrou-se uma das chaves para compreender a relação entre humanos e animais de estimação. Nas maneiras como a sociedade contemporânea urbana vem tratando a morte dos animais de estimação está uma das maiores explicitações do processo de antropomorfização desses indivíduos. Quando relacionamos a forma como diferentes culturas encaram a morte e cuidam dos seus mortos humanos e a forma como os pets vêm sendo cuidados, é aí que está a principal chave para observarmos que os animais podem ter, nessa relação, o estatuto de humanos - ainda que este venha sempre acompanhado de controvérsias.

Mais do que isso, faz pensar na mão dupla dessa relação de mortalidade: humanos que sofrem com a perda dos seus animais; animais que sofrem com a perda de seus humanos; animais que ajudam seus humanos na perda de outros humanos, ou de outros animais, etc. As variações são muitas e levam a um ponto importante - compartilhar da iminência da morte aproxima as partes, como nos lembra Derrida (2011, p. 55):

Aí reside, como a maneira mais radical de pensar a finitude que compartilhamos com os animais, a mortalidade que pertence à finitude propriamente dita da vida, à experiência da compaixão, à possibilidade de compartilhar a possibilidade desse não-poder, a possibilidade dessa impossibilidade, a angústia dessa vulnerabilidade e a vulnerabilidade dessa angústia.

De qualquer forma, novamente aqui é possível pensar que essa sensibilidade não é estendida a todas as espécies e a todos os indivíduos não-humanos. Como bem lembra Rodrigues (2006, p. 63), nossa dor varia muito de acordo com quem morre:

A morte do rei, do chefe, do governante, ou de qualquer alto dignatário é normalmente seguida de intenso assombro, pois neles se resume toda a personalidade do social. A morte do rei anuncia, como nenhuma outra, a iminência do caos. A decadência de sua majestade se apresenta aos homens como catastrófica, deixando-os perplexos.

No caso das relações interespecíficas, muitos autores (ADAMS, 2012; FRANCIONE, 2013; JOY, 2014) demonstram como a emoção, a sensibilidade e o luto variam, por exemplo, entre animais que se ama e animais que se come – “o porco é um animal que nasceu pra morrer” é uma frase que já ouvi muitas vezes, em diferentes contextos; há também os animais que *precisam* morrer, considerados pragas, como baratas ou camundongos. Há aqueles que *merecem* morrer, como um cão que machuca uma criança ou uma cobra que pica alguém.

E há os pets, cuja morte pode ser encarada de muitas maneiras. Há aqueles humanos que irão tratar a perda de uma forma mais prática e logo a superam. Mas essa morte pode também ser motivo de traumas (por exemplo, nos relatos de pessoas que decidiram não ter mais animais de estimação depois de sofrer com a morte de um deles) ou até mesmo de depressão que demande psicoterapia (OLIVEIRA, 2013). Claro está que há cães e gatos e há os pets: nem toda morte será experienciada da mesma forma. O luto dar-se-á pela morte do *meu* cachorro – e não tanto do cachorro que morreu atropelado em frente à minha casa, por exemplo.

A relação entre uma nova sociabilidade humano-animal e a forma com que se trata a morte dos animais de estimação vem sendo apontada em vários trabalhos, por exemplo o de Lewgoy, Sordi e Pinto (2015, p. 79):

Essa pessoalização dos animais pode ser percebida em sua “filhotização” [...], mais acentuada na exacerbação da maternagem, na extrema sensibilidade para com suas necessidades e cuidados, na ampliação de especialidades veterinárias e “humanização” de seus cuidados, chegando-se ao ponto de se criarem instituições para lidar com a morte dos animais.

Ao falar do “problema social da morte”, Norbert Elias (2001) afirma que não só a morte efetiva representa um problema, mas também a morte gradual, representada pelo envelhecimento e pela doença. Para ele, nas sociedades desenvolvidas, este passa a ser um problema cada vez maior – e mais velado –, pois as pessoas vivas não se identificam com a morte, e tentam afastar para longe essa evidência de nossa animalidade, esse aspecto animal de nossa existência. A repugnância em relação aos moribundos trata-se, para Elias, de um problema parcial, um aspecto de um problema geral do processo de civilização.

É possível então, a partir disso, relacionar esse rechaço a um aspecto animal de nossa existência e a ampliação dos cuidados no processo de morte dos animais queridos (que já não queremos mais pensar como simples animais, e sim humanos como nós) como resultantes dos mesmos fenômenos do processo civilizatório? Elias é enfático ao afirmar que o controle das emoções faz parte do processo civilizatório, e isso envolve nossa relação com a morte. A forma como lidamos com a morte é aprendida, assim como são aprendidas, também, muitas das repugnâncias e vergonhas, mas também das afeições.

Ariès (2012) também oferece interessantes contribuições para se pensar a morte. Ariès mostra que a manipulação dos mortos vai se tornando uma profissão – bastante rentável – nas cidades em desenvolvimento da Europa do século XIX. Começa a consolidar-se uma indústria da morte. Mas isso não tem nada de mórbido:

Não se vende bem o que não tem valor por ser demasiado familiar e comum, nem o que provoca medo, horror ou sofrimento. Para vender a morte, é preciso torná-la atraente, mas pode-se admitir que os *funeral directors* [...] não teriam obtido sucesso sem uma certa cumplicidade da opinião pública. Apresentam-se não como meros vendedores de serviço, mas como *doctors of grief*, que têm uma missão, assim como os médicos e os padres (ARIÈS, 2012, p. 94).

Segundo Ariès, a *american way of death* tem se difundido na atualidade:

Os *funeral directors*, ameaçados em seus interesses pela agitação da opinião pública no sentido de uma simplificação dos funerais, protegem-se com opiniões de psicólogo, segundo os quais funerais lindos e floridos afastam a tristeza e a substituem por uma

doce serenidade. A indústria das pompas fúnebres e dos cemitérios (que são privados, salvo as “fossas dos pobres”) tem uma função moral e social: suaviza (*softness*) a saudade dos sobreviventes, e dispõe os monumentos e os jardins da morte para a felicidade dos vivos (ARIÈS, 2012, p. 250).

Entrevistei um *funeral diretor* especializado em pets – muito próximo da descrição que faz Ariès. Um empresário do ramo de crematórios para animais que fez questão de me mostrar, com planilhas e apresentações em *power point*, sua trajetória visionária de perceber o nicho de mercado presente na morte de animais de estimação. Para ele, a cremação de animais no Brasil ainda é muito desconhecida, então é preciso desenvolver essa cultura nas pessoas, não só como ação individual, mas também como uma mudança de postura da sociedade. O *petshismo* é forte em seu discurso quando faz uma relação direta entre o afeto que se tem em relação ao animal quando este está vivo e o destino que se dá ao seu corpo:

Acupuntura, spa para animais, acomodações e pacotes de viagem, cantinhos pets em restaurantes, festas de aniversário, etc., e é aí que entra o cerimonial, a cremação, a memorização póstuma, porque você tem a coisa da qualidade de vida. E daí eu tirei uma sacada: eu nunca vou falar do óbito. Eu vou falar de todos os cuidados, porque quem ama destina corretamente. Eu lembro do animal vivo, que é pra pessoa pensar que o cuidado que ela teve com o animal precisa continuar agora que ele se foi (Empresário – crematório de animais, 2015).

A defesa da cremação apoia-se muito no discurso da dignidade. Mesmo que seja cremado coletivamente – um processo muito menos caro, mas que não dá ao cliente as cinzas de seu animal – há um certificado de cremação que leva o nome do animal, muitas vezes com o sobrenome da família. Também foram apresentadas justificativas ambientais e morais, como a de não querer que o animal vá para uma vala comum ou para outro destino incerto.

Nos casos acompanhados na pesquisa, a questão da ritualística aparece muito fortemente: há celebração, cremação individual, urna com as cinzas, registro da pata do animal em gesso, etc. A destinação das cinzas apresenta-se como um momento cheio de simbologia. Há quem deixe as cinzas num altar – com fotos, velas, imagem de São Francisco; há quem as jogue no jardim onde o animal costumava brincar; uma das entrevistadas as enterrou com pertences do animal e, em cima, plantou uma cerejeira. Outra informante crê que agora a sua companheira desabrocha nas rosas: “cada botão que der é a Tina desabrochando” (Responsável pela Tininha, 2015).

As ritualísticas envolvendo a morte de pets são, como dito anteriormente, exemplares do processo de antropomorfização desses animais, visto que são cada vez mais próximas daquelas seguidas na morte de humanos:

Apesar da diversidade dessas técnicas, elas não deixam de apresentar uma certa similitude, constatável em toda parte, através do mundo e através da história. Parece que em todas as sociedades, ou quase todas, o ato de morrer – talvez o mais íntimo da existência humana – é transformado em uma ocasião pública. [...] O cadáver é quase sempre considerado perigoso, às vezes repugnante. Há sempre ritos que cumprem a missão de preparar o morto para sua viagem em direção ao outro mundo (RODRIGUES, 2006, p. 57).

Assim como muda a relação com o corpo já sem vida, as transformações se dão no próprio processo de morrer. Ariès (2012) nos lembra que já há algum tempo que os humanos não morrem mais em casa em meio aos seus, e sim no hospital, muitas vezes sozinhos. Isto passa a ser rotineiro também entre os pets. Uma das veterinárias entrevistadas, ao falar de um caso com uma paciente, buscou explicar a complexidade do morrer em casa:

[...] teve uma época que eles quiseram levar ela pra casa, pra morrer em casa, falei “não, não façam isso. Porque vocês não vão conseguir tirar isso da cabeça de vocês e é muito sofrido”, quem já viu um animal morrendo, um animal parando e não conseguindo respirar e ficando roxo e todo esse processo é horrível, ainda mais quando é o teu animal. Eu falei pra eles ‘eu

não vou deixar vocês tirarem ela daqui, eu acho que é negligência médica minha permitir que vocês façam isso, porque depois de acontecido a gente não vai conseguir apagar o trauma e a minha consciência não vai ficar tranquila se vocês a levarem e ela morrer em casa’ (Médica Veterinária I, 2015)

Outra veterinária justifica a morte hospitalizada pelo conforto possível:

A gente tenta fazer morrer sem dor. A gente tenta amenizar, porque é como, por exemplo, morrer de angústia respiratória, deve ser uma das piores dores, você tentar respirar e não conseguir, até você se engasgar já é horrível, então imagine você tentando respirar e o ar não vem, pelo menos ali a gente está tentando, com o oxigênio, entuba e tenta, então a gente dá aquela morte mais tranquila (Veterinária entrevistada III, 2015).

Um aspecto que toma atenção na bibliografia específica sobre a morte de animais de estimação - e que surgiu com muita frequência na pesquisa de campo – é a eutanásia. Por mais que esteja regulamentada, a eutanásia ainda se mostra envolta em controvérsias e sentimentos ambivalentes. Há um discurso recorrente entre os veterinários, que afirmam utilizar a eutanásia como último recurso (AGOSTINHO; LEGA, 2009). Por outro lado, muitas vezes, a eutanásia é solicitada ao médico veterinário pelo proprietário, por conveniência pessoal, razões de ordem econômica, comportamento indesejável ou, ainda, abandono. Mas é também uma tomada de decisão envolta em culpas que parecem acompanhar muitos dos responsáveis por animais (OLIVEIRA, 2013).

Dentre todas as pessoas contatadas na pesquisa, é unânime uma predileção pela morte natural à eutanásia – ainda que o animal possa sofrer um pouco mais em caso de morte natural, o peso de ter autorizado o procedimento de eutanásia parece ser demasiado para a maioria das pessoas. Há uma relação com aspectos espirituais, de crer que cada um tem a sua hora – algo que se passa também com as tentativas de reanimação, que muitas pessoas preferem não fazer. “Depois que ela ganhou alta o médico ainda queria fazer eutanásia e foi outra crise, falei ‘não vou fazer, eu sei que ela vai morrer, mas ela vai morrer naturalmente’” (Responsável pela Tininha, 2015). Em outro caso: “Mas é difícil porque a gente fica com isso na cabeça ‘e se tivesse insistido, e se tivesse feito outra coisa...’ mas o que eu pude, eu lembro que a [veterinária] falou ‘o que você podia ter feito você fez’ [choro]. Então não foi negligência”. (Responsável pela Sofia, 2015).

A dificuldade dos médicos veterinários em lidar com a possibilidade de eutanásia em seus próprios animais parece estar relacionada com os dilemas de realizar a eutanásia enquanto profissional – a eutanásia seria “o meu fracasso na mesa” (Médica Veterinária I, 2015):

[...] uma coisa que eu uso pra indicar a eutanásia é: se fosse o meu animal, o que eu faria? Eu ainda tentaria mais um pouco? Eu faria eutanásia? Então o que acontece, o que eu falei pra eles foi o seguinte ‘Se fosse meu animal, eu faria eutanásia. Eu sei que dói, eu sei que é difícil, mas eu faria’ (Médica Veterinária I, 2015).

E independente da morte ter sido decidida ou apresentar-se inesperadamente, a questão do luto é corriqueira: se o animal faz parte da família, é considerado um filho, a sua perda irá gerar um sofrimento semelhante à perda de um familiar, e os cuidados com o corpo (e com a alma) do defunto recebem cada vez mais atenção (SEGATA, 2014). Além disso, o próprio uso do termo *defunto* poderia ser um problema, pois a questão da linguagem vem tendo cada vez mais importância nesse contexto: ainda segundo Segata, há uma preocupação com as terminologias – fala-se em cremação, e não incineração; em eutanásia, e não sacrifício. Isso se reforça em vários momentos nas entrevistas: quando o proprietário do crematório diz que não fala em óbito, fala em destino adequado, e no site do crematório os animais são chamados de amiguinhos ou anjinhos; quando uma veterinária me lembra que não se pode falar para o responsável que o animal morreu, mas sim que ele deixou de sofrer, que descansou, ou não resistiu. E quando se passa a tratar dos trâmites com o corpo, outra veterinária aponta-me que descartar não é uma boa palavra, e que ela

prefere perguntar o que os responsáveis pretendem fazer com o *corpinho*. Os diminutivos, decididamente, estão presentes nas relações com os pets e seus responsáveis. Parece existir aqui uma aproximação com aquilo que aponta Ariès sobre a palavra morte:

[...] durante o último terço do século [XVIII] um fenômeno enorme se produziu, que apenas se começa a perceber: a morte, esta companheira familiar, desapareceu da linguagem, seu nome tornou-se interdito. No lugar das palavras e dos signos que nossos ancestrais haviam multiplicado, difundiu-se uma angústia difusa e anônima. [...] Na vida cotidiana, a morte, outrora tão loquaz, tão frequentemente representada, perdeu toda positividade, não é senão o contrário ou o inverso do que realmente é visto, conhecido e falado (ARIÈS, 2012, p. 251).

Já os rituais ligados ao luto demonstram seguir aquilo que uma informante traçou como “processo de luto”, que para ela é igual, seja na morte de humanos ou de animais:

Primeiro a gente sente uma dor profunda, como um choque; depois, quando cai a ficha, fica um vazio, e fica por muito tempo. Depois é que vem a terceira fase, que é quando ficam as boas lembranças. A gente sempre vai sentir falta, porque eles são insubstituíveis, mas as lembranças já não doem (Médica Veterinária II, 2015).

A dificuldade em lidar com os objetos do animal logo após a perda é presente na grande maioria das falas. Cama, roupinhas, brinquedos e potes de ração passam a ser lembranças dolorosas logo após a morte. Fotos e vídeos passam, em um segundo momento, a ser uma recordação boa:

Porque sempre que eu lembro eu choro. Toda noite eu fico vendo vídeo dele antes de dormir, tudo, desde pequenininho. E ele era o meu neném. A gente ficava de conchinha, deitava no chão e tinha que deitar com ele se não ele não ficava (Responsável pelo Godofredo, 2015).

Até mesmo as entrevistas não foram momentos fáceis. As três responsáveis que se dispuseram a conversar comigo choraram, mas todas decidiram continuar a falar, ainda assim. E me disseram que é muito difícil falar dos animais sem chorar. O luto pela morte desses animais é algo presente no cotidiano dessas pessoas, e não parece desvinculado do luto que sofreram ou sofrem por membros humanos de suas famílias.

As histórias, inclusive, surgem às vezes entrecortadas, especialmente relacionando com a morte de pai ou mãe. Isso a princípio me surpreendeu, porque como as minhas hipóteses estavam sempre muito concentradas na figura do animal como filho, isso me soou um tanto estranho. Depois, fui entendendo que era mais acertado falar que os animais são tratados como filhos, mas sua morte é sentida num sentido muito próximo à morte dos pais – porque é essa perda que as pessoas com quem tive contato já conhecem. A responsável por Godofredo me disse crer que ele e seu pai são agora duas estrelinhas que ficam juntas no céu. Assim como a responsável por Tininha, para quem sua mãe era agora a cuidadora da cachorrinha no céu. E a responsável por Sofia, que perdeu o pai há pouco tempo, disse se sentir um pouco constrangida por entristecer-se mais pela perda da cachorra do que pelo seu pai.

Oliveira (2013, p. 60) retoma, em trabalhos na área da psicologia e psiquiatria, vários exemplos de como o luto pela morte de um animal pode ser simbólico de outros processos de luto, principalmente pela perda dos pais, ou se o animal foi doado ou herdado de algum ente falecido, o que “não quer dizer que o pesar pela morte do animal não seja autêntico, por ter conexão com luto anterior”.

O tom de sacralidade dado ao animal também há que se destacar em duas situações: para a responsável por Tininha, a cachorra reconhecia a figura de Jesus Cristo, e agora irá voltar no corpo de outro animal. Já Godofredo, de acordo com sua responsável - que estava grávida quando me concedeu a entrevista - foi quem lhe trouxe seu filho, como um presente. Estes relatos mostram

uma forte proximidade entre a ideia de morte humana e de morte dos animais da família, talvez pondo em xeque aquela que Morin (1999) apontou como a grande ruptura entre humanos e animais – os mitos e ritos que envolvem a morte -, e colocando-se como um elemento que deve ser considerado nas reflexões sobre humanidade e animalidade.

A morte dos animais membros da família multiespécie está cada vez mais incorporada no conjunto de componentes do petshismo, especialmente porque carrega em si um incrível potencial de consumo. Por outro lado, embrenhada que está nas contradições deste fetiche pet, parece se aproximar demasiado da noção de morte humana em vários aspectos, mas em um particularmente gritante: a dificuldade institucionalizada de se falar da *morte* do pet. Chur-Hansen. (2011) e Lesnau e Santos (2013) nos apontam as dificuldades de se tratar do tema na formação veterinária e na produção acadêmica; o informante representante do crematório me diz que não usa a palavra morte, ou óbito; e as informantes veterinárias afirmam jogar com as palavras para não dizer que o animal morreu e que é preciso descartar o corpo.

Godofredo e o Anjo da Morte: Notas do Campo

Não conheci Godofredo vivo - mas meu sentimento é o de tê-lo conhecido, tamanho foi o meu envolvimento com sua história. Todas as funcionárias do hospital, assim como sua *mãe*, me disseram se tratar de um cachorro alegre e brincalhão, que chamava a atenção por onde passava. Eu o vi em fotos e vídeos que me foram mostrados. E vi seu corpo já sem vida, na última sala do corredor do hospital, enquanto o profissional do crematório era aguardado para buscá-lo.

Na manhã em que cheguei para iniciar as observações no Hospital Veterinário, Godofredo havia acabado de morrer. A morte foi resultante de uma cirurgia eletiva, ou seja, em que realmente não se esperavam grandes complicações; me disseram que, como seus exames pré-cirúrgicos estavam dentro da normalidade, provavelmente sua morte havia se dado por alguma reação idiossincrática ao fármaco. Eu havia acabado de adentrar naquele universo e já acompanhava o desespero da *vó* de Godofredo - que foi a primeira a chegar e perguntava nervosa pelo animal -, depois o da *mãe* e do *pai*. Foi uma cena forte. A recepção do hospital ficou tomada de um clima triste, de luto, com clientes e profissionais com os olhos mareados. Fiz o registro em meu diário de campo:

*Enquanto eu estava na recepção, reparei que as veterinárias buscavam fichas com certa aflição. Depois fiquei sabendo que estavam à procura do contato do responsável pelo cão, pois não queriam ligar para a esposa, temendo dar-lhe a notícia diretamente. A [veterinária] então ligou para o responsável. Voltou com cara de choro. [...] A esposa havia mandado mensagens no whatsapp à veterinária, perguntando “como está o meu grandão?”, ainda sem saber o que havia acontecido. A veterinária me disse que recebia frequentemente fotos de Godofredo com roupinhas, em datas comemorativas. Parecia bastante abatida. [...] Vou para a recepção. Uma senhora está chorando, e pergunta por Godofredo. A recepcionista informa que ele está lá embaixo, e que a doutora já vem. Passa um tempo. Chega uma moça, jovem, chorando, e abraça a senhora. Ficam em silêncio, chorando. Entra um homem um pouco depois, senta-se afastado das duas. A veterinária chega à recepção, olhos de choro. Vai em direção à moça, em silêncio, e a abraça. Após um abraço relativamente longo, a segura pela mão, e conduz os três para dentro. São os responsáveis por Godofredo, um jovem casal, acompanhados da *vó* do cão, *mãe* da moça. Em conversas posteriores no hospital, me dizem que o homem tem demonstrado interesse em ter filhos, mas que a mulher afirmava que não queria, pois tinha Godofredo e ele necessitava de muita atenção. Isso seria motivo de conflitos entre eles. [Uma veterinária] me disse posteriormente que, na sua opinião, o amor dela, da *mãe*, já havia passado um pouco do limite, como se tivesse projetando no animal um amor de *mãe* (Diário de campo, 15/1/2015).*

A *mãe* de Godofredo, bancária, não foi ao trabalho no dia seguinte à sua morte. Sequer saiu do quarto. Disse-me, posteriormente, que o gerente do banco compreendeu sua ausência, afinal, segundo ela, “todo mundo lá sabia que o meu gordinho era a minha vida”. A morte daquele cachorro parecia ter impactado não só a família, mas os profissionais do hospital, durante vários dias.

É porque o Godofredo ficou um tempão aqui com a gente, e a gente viu o apego que a [responsável pelo animal] tinha, porque ela não tinha filhos, então ele estava ali substituindo, e o marido dela mesmo falava que por causa do Godofredo ela não queria ter filhos, então imagina a cabeça dela, quando ele veio a óbito foi um choque pra todo mundo aqui do hospital (Veterinária entrevistada III, 2015).

Naquele mesmo dia, à tarde, faleceu Chuck, o cachorro da diretora do hospital, também numa situação de muita tensão. Ele teve um edema pulmonar e ficou algumas horas tendo muita dificuldade para respirar. Era um dia atípico no hospital, e eu, que era a única novidade ali, passei a ser chamada, ainda que em tom de brincadeira, de *Anjo da Morte*.

Ter sido o *Anjo da Morte* me fez viver situações, confesso, bastante inesperadas. Observar a chegada da família para lidar com o animal morto, e uma equipe profissional inteira evidentemente abalada, com os olhos mareados, me fez perceber que há muito mais complexidade nas relações interespecíficas do que eu podia crer em minhas hipóteses iniciais. E se a linha que separa humanidade de animalidade já se encontra tão borrada, como nos mostram os grandes pensadores dessa área, no caso da morte, fica ainda mais difícil tentar mantê-la.

Por mais que aqui se esteja partindo de um contexto empírico muito específico, ao relacioná-lo com os aspectos mais amplos ligados à morte de pets - os produtos e serviços disponíveis, os discursos presentes na mídia e nas redes sociais, os projetos de lei que garantem licença no trabalho quando o animal morre - é possível afirmar que há uma sensibilidade emergente em relação à morte de animais de estimação e ao sentimento de luto dos humanos responsáveis.

Considerações Finais

A relação entre humanos e animais domesticados é milenar. Ainda assim, a forma como se dá essa relação varia no tempo e no espaço, permeada por configurações sociais de afeto. Nessa relação, a agência dos animais, sejam eles humanos ou não humanos, é dialógica e bastante complexa para tentar dar conta em poucas páginas.

Atualmente, as emoções e cuidados de humanos com os seus animais demonstram-se relacionadas com as perspectivas mais amplas (e talvez aparentemente distantes) dos investimentos da indústria farmacêutica e de rações, da carreira médico-veterinária e da expansão do mercado de crematórios e cemitérios, dos deputados e vereadores defensores dos direitos animais e dos planos de saúde para cães e gatos. Diante disso, o afeto pelos animais vai sendo redesenhado, numa espécie de modelo a ser seguido sobre cuidados e consumos e ganhando novos traços de *como* amar, o que, definitivamente, passa longe de ser uma decisão exclusivamente individual.

Assim, o consumo presente nestas relações interespecíficas não destoa do seu significado geral: o consumo como gerador de sentido, provedor de satisfações e distinções ligadas aos gostos das classes (BOURDIEU, 2013). Seguindo essa tendência, o próprio campo político passa a se apropriar dessas pautas, profundamente embasado nas teorias dos ativistas e dos movimentos pelos direitos dos animais. E *pet* passa a ser *pet*, termo comum, usado na mesa do jantar, no balcão da loja, nas bancadas das casas legislativas.

Em termos gerais, é possível apreender a forma como os conceitos de domesticação, antropomorfização, humanização ou petshismo estão presentes nas chamadas famílias multiespécies. Ao construir, aliando trabalhos anteriores e as constatações do campo, uma compreensão teórica acerca das famílias multiespecíficas, é possível enxergá-las como este *locus* de sentimentos intensos e por vezes ambivalentes, tal como as famílias exclusivamente humanas.

Referências

- ADAMS, C. *A política sexual da carne*. São Paulo: Alaúde, 2012.
- AGOSTINHO, J.; LÉGA, E. Aplicações clínicas e éticas da eutanásia em pequenos animais. *Nucleus Animalium*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2009.
- ARIÈS, P. *História da morte no ocidente: da idade média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
- BENEDICT, R. *O crisântemo e a espada*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BEVILAQUA, C; VELDEN, F. V. (org.). *Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais*. Curitiba: EdUFPR, 2016.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2013.
- BOWEN, M. *Family therapy in clinical practice*. New York: Jason Aronson, 1978.
- BURKE, P. *Como cresceu a ideia de cuidado*. São Paulo: CPFL, 2014. 1 Vídeo (45:49 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kx1FbX0Mtxw>. Acesso em: 19 ago. 2017.
- CHUR-HANSEN, A. Cremation services up on the death of a companion animal: views of service providers and service users. *Society & Animals*, Leiden, v. 19, n. 3, p. 248-260, 2011.
- DERRIDA, J. *O animal que logo sou*. São Paulo: UNESP, 2011.
- DIGARD, J. *Les français et leurs animaux: ethnologie d'un phénomène de société*. Paris: Fayard, 1999.
- ELIAS, N. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FARACO, C; SEMINOTTI, N. Sistema social humano-cão a partir da autopoiese em Maturana. *Psico*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 4, 2010.
- FRANCIONE, G. *Introdução aos direitos animais*. Campinas: Unicamp, 2013.
- GAEDTKE, K. 'Quem não tem filho caça com cão': animais de estimação e as configurações sociais de cuidado e afeto. 2017 Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- INGOLD, T. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.
- JOY, M. *Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas: uma introdução ao carnismo*. São Paulo: Cultrix, 2014.
- LASSIE. *Mãe de pet também é mãe!* Disponível em: <https://lassie.com.br/mae-de-pet-tambem-e-mae/>. Acesso em: 6 ago. 2017.
- LESNAU, G.; SANTOS, F. Formação dos acadêmicos de medicina veterinária no processo de morte e morrer. *Bioscience Journal*, Uberlândia, v. 29, n. 2, 2013.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Papyrus, 1997.
- LÉVI-STRAUSS, C. Prólogo. In: LÉVI-STRAUSS, C. *História de la família: mundos lejanos, mundos antiguos*. Madrid: Alianza, 1988. Tomo I.
- LEWGOY, B.; SORDI, C.; PINTO, L. Domesticando o humano: para uma antropologia moral da proteção animal. *Ilha*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 075-100, 2015.
- LORENZ, K. *Civilização e pecado: os oito erros capitais do homem*. São Paulo: Círculo do livro, 1973.
- MACHADO, Patricia. *Ilustrações mostram o que é ser mãe de cachorro*. Pet Cidade, 11 maio 2016. Disponível em: <http://www.petcidade.com.br/ilustracoes-mostram-o-que-e-ser-mae-de-cachorro/>. Acesso em: 7 ago. 2017.
- MÃE de cachorro também é mãe? Disponível em: <http://revistadonna.clicrbs.com.br/lifestyle/mae-de-cachorro-tambem-e-mae/>. Acesso em: 6 ago. 2017.
- MAUSS, M. A expressão obrigatória de sentimentos. In: MAUSS, M. *Antropologia*. São Paulo: Ática, 1979.
- MELO, Joice. Mãe de pet? Esse texto é pra você. *Blog Feminismo na Prática*, 23 ago. 2016. Disponível em: <https://feminismonapratica.wordpress.com/2016/08/23/mae-de-pet-esse-texto-e-para-voce/>. Acesso em: 7 ago. 2017.

- MORIN, E. *El hombre y la muerte*. Barcelona: Kairós, 1999.
- OLIVEIRA, D. *O luto pela morte do animal de estimação e o reconhecimento da perda*. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- PET FISIO. *Mãe de animais: o dia das mães também é nosso!* Disponível em: <http://petfisio.com.br/mae-animais/>. Acesso em: 6 ago. 2017.
- RODRIGUES, J. *Tabu da morte*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- ROMANÍ, O. (ed.). *Etnografía, metodologías cualitativas e investigación en salud: un debate abierto*. Tarragona: URV, 2013.
- SCIOSCIA, P. Amor canino: Romeu, minha namorada e eu: as dificuldades de uma vida à três. *Revista Piauí*, São Paulo, abr./maio 2014.
- SCLIAR, M. *Enigmas da culpa*. São Paulo: Editora Objetiva, 2006.
- SEGATA, J. Gatos fidalgos, cálculos renais e as humanidades dos animais de estimação. *Vivência*, Natal, n. 44, 2014, p. 85-104.
- SEGATA, J. *Nós e os outros humanos, os animais de estimação* [tese de doutorado]. Florianópolis: PPGAS/UFSC. 2012.
- TATIBANA, L.; COSTA-VAL, A. Relação homem: animal de companhia e o papel do médico veterinário. *Revista veterinária e Zootecnia em Minas*, Belo Horizonte, ano 28, n. 103, 2009.
- THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.